

Interfaces da Educação Especial na produção científica da área da Educação (2019–2023)

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o debate sobre Educação Especial no Brasil, veiculado em publicações da área da Educação ocorridas entre 2019 e 2023. Considera, assim, publicações constantes no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e em anais de Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa (ANPEd). Do corpus de publicações analisadas, com base no qual emergiu um conjunto de recortes temáticos, se sobressai o apontamento de dificuldades e fragilidades no processo de inclusão e em práticas pedagógicas correspondentes, assim como o reconhecimento da importância da Política Nacional da Educação Especial (PNEE), seus desdobramentos para a consolidação da educação especial no País e o potencial espaço de investigação e produção do conhecimento a partir das interfaces da temática analisada. Conclui que o debate presente nas publicações transcendeu as fronteiras de um tema específico, tendo se inserido em um quadro educacional mais abrangente, com o lançamento de questões que interpelam o cotidiano da escola, as práticas pedagógicas e o contexto educacional brasileiro, com seus dilemas e reveses, estabelecendo confluências e intersecções com a produção acadêmica na área da educação.

Palavras-chave: revisão de literatura; educação especial; produção do conhecimento; produções científicas brasileiras.

Paulo Roberto Dalla Valle

Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – Joaçaba/SC – Brasil
pauloroberto.dallavalle@gmail.com

Elton Luiz Nardi

Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – Joaçaba/SC – Brasil
elton.nardi@unoesc.edu.br

Para citar este artigo:

VALLE, Paulo Roberto Dalla; NARDI, Elton Luiz. Interfaces da Educação Especial na produção científica da área da Educação (2019–2023). *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 25, n. 59, p. 379-410, set./dez. 2024.

DOI: 10.5965/1984723825592024379

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723825592024379>

Interfaces of Special Education in scientific production in the field of Education (2019–2023)

Abstract

This article aims to analyze the debate on Special Education in Brazil, conveyed in publications in the field of Education between 2019 and 2023. It considers publications from the Portal of Periodicals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the proceedings of National Meetings of the National Association for Postgraduate Studies and Research (ANPEd). From the corpus of publications analyzed, based on which a set of thematic sections emerged, the difficulties and weaknesses in the inclusion process and corresponding pedagogical practices stand out, as well as the recognition of the importance of the National Special Education Policy (PNEE), its developments for the consolidation of special education in the country and the potential space for research and production of knowledge from the interfaces of the theme analyzed. It concludes that the debate in the publications has transcended the boundaries of a specific theme and has become part of a broader educational framework, raising questions that challenge the daily life of the school, pedagogical practices and the Brazilian educational context, with its dilemmas and setbacks, establishing confluences and intersections with academic production in the field of education.

Keywords: review of literature; special education; production of knowledge; brazilian scientific productions.

Interfaces de Educação Especial en la producción científica en el ámbito de la Educación (2019–2023)

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el debate sobre la Educación Especial en Brasil en publicaciones del área de Educación entre 2019 y 2023. Se consideran publicaciones del Portal de Publicaciones Periódicas de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Enseñanza Superior (CAPES), de la Scientific Electronic Library Online (SciELO) y de las actas de los Encuentros Nacionales de la Asociación Nacional de Posgrado e Investigación (ANPEd). Del corpus de publicaciones analizadas, a partir del cual surgió un conjunto de secciones temáticas, se destacan las dificultades y debilidades en el proceso de inclusión y las prácticas pedagógicas correspondientes, el reconocimiento de la importancia de la Política Nacional de Educación Especial (PNEE), sus desarrollos para la consolidación de la educación especial en el país y el espacio potencial para la investigación y producción de conocimiento a partir de las interfaces de la temática analizada. Se concluye que el debate en las publicaciones ha trascendido las fronteras de un tema específico y se ha inscrito en un marco educativo más amplio, planteando cuestiones que interpelan la vida cotidiana de la escuela, las prácticas pedagógicas y el contexto educativo brasileño, con sus dilemas y retrocesos, estableciendo confluencias e intersecciones con la producción académica en el campo de la educación.

Palabras clave: revisión de la literatura; educación especial; producción de conocimiento; producciones científicas brasileñas.

Introdução

No contexto educacional brasileiro, a Educação Especial é compreendida e referenciada como uma modalidade de ensino que perpassa os níveis e as modalidades de educação (Brasil, 2008). Como tal, também se constitui em tema recorrente em investigações, análises e reflexões no campo educacional, abordando questões subjetivas, pedagógicas, organizacionais, éticas e políticas. Assim, a Educação Especial no Brasil vem se consolidando também como um campo de produção e divulgação do conhecimento acerca de suas interfaces e interlocuções (Casagrande; Mainardes, 2021).

Esse movimento acompanha o processo de alargamento nas discussões sobre como a Educação Especial está inserida nas pesquisas, nas produções acadêmicas e reflexões, contemplando em seu bojo questões que transitam desde as práticas escolares e não escolares, incluindo sua compreensão conceitual e teórica, desdobrando-se em potencial meio para proposição de políticas públicas e educacionais. Notadamente, diferentes concepções de Educação Especial são identificadas ao longo da educação brasileira, alicerçando produções acadêmicas e debates que acolhem perspectivas e entendimentos da mesma, como política pública, como modalidade de educação escolar, área de atuação profissional ou como campo do saber. A complexidade que, em geral, atravessa esses temas, sua relevância e seus desafios na sociedade ajuda a explicar a razão dela ser um objeto de estudo recorrente na área da educação e do debate contemporâneo.

Nesse contexto, temos testemunhado, nas últimas duas décadas, avanços legais em matéria de inclusão, consoantes aos direitos das pessoas com deficiência, entre outras questões que são inerentes ao debate contemporâneo nessa área. Em proporção semelhante, ampliaram-se as discussões sobre sua consolidação no cotidiano escolar e em outros espaços articulando-se a seus aspectos históricos e legais (Jannuzzi, 2004; Mazzotta, 2001; Mantoan, 2002, 2003; Pletsch, 2012a, 2012b; Sasaki, 2012), além de suas implicações na vida dessas pessoas, potencializando assim um olhar mais abrangente e qualificador de uma educação e de dinâmicas sociais mais inclusivas e humanizadoras. Logo, a Educação Especial integrante do contexto educacional tem se constituído em um espaço profícuo de discussões e pesquisas, assumindo e conquistando seu espaço na produção acadêmica, dada sua proximidade com o debate no campo das políticas

públicas e educacionais. É, pelo espraiamento no amplo espectro de temáticas correlacionadas a ela, que são percebidas também, discussões densas envolvendo as questões de escolarização, ensino, inclusão, exclusão, integração, segregação, equidade, entre outras (Garcia; Michels, 2011; Garcia, 2013; Glat, 2018; Mantoan, 2010; Pletsch, 2014b), que vêm corroborando para seu recrudescimento enquanto campo de produção de conhecimento em suas diferentes interfaces e abordagens.

Isso significa dizer que a compreensão de como vêm se estabelecendo e publicizando as produções a partir desses temas abre espaço para uma leitura acerca de dimensões e perspectivas acadêmicas, epistemológicas, pedagógicas, ontológicas e legais, constituindo-se em uma investida capaz de ampliar o repertório conceitual e identificar contribuições para sua consolidação como campo do conhecimento e como subsídio para qualificar as ações nos espaços escolares e na sociedade. Neste sentido, o lugar ocupado pela Educação Especial no debate contemporâneo apresenta diferentes interfaces, sendo tematizada sob diferentes angulações, perspectivas e intencionalidades que conjuntamente têm favorecido olhar e considerar a mesma com um espaço nevrálgico no e para o âmbito acadêmico e social.

Presente essa implicação, é devido dizer que as conquistas e os avanços obtidos no País em relação à Educação Especial e sua constituição enquanto campo de investigação, vão muito além da normatização de políticas¹, pois se situam antes na luta protagonizada por movimentos da sociedade (Garcia, 2013) e desenvolveram-se sob e a partir de perspectivas e primas da escola, da inclusão, do atendimento educacional especializado (Kassar, 1995; Mantoan, 2003, 2010; Pletsch, 2012b; Pletsch; Glat, 2013), da formação de professores (Garcia, 2013, 2015; Kassar, 2014, Michels, 2005, 2006, 2011; Pletsch, 2016, Michels; Vaz, 2017). Por razões como essas, desdobram-se historicamente outras investidas que corroboram a consolidação da Educação Especial no Brasil, seja como modalidade de educação e campo de atuação, seja como expressão de asseguramento do direito social à educação, ou ainda, como campo de pesquisa e produção de conhecimento.

¹ Convém destacar que o Brasil é signatário da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), Conferência de Salamanca (1994), Fórum Mundial da Educação em Dakar (2000), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outros.

Em face dessa realidade, este artigo tem por objetivo analisar o debate sobre Educação Especial no Brasil, veiculado em publicações da área da Educação ocorridas entre 2019 e 2023, para compreender o movimento de produção do conhecimento acerca desse tema, bem como perceber lacunas e espaços para investigações nesse campo. Vale destacar que esse período configura um momento histórico marcado pelos desdobramentos do golpe antidemocrático e mediático de 2016, que implicou em uma série de retrocessos no campo educacional (Batista *et al.*, 2020; Ramalhete, 2023; Saviani, 2020), atingindo também a Educação Especial (Silva; Machado; Silva, 2019) e produzindo assim outros olhares para o tema em questão. Esses, entre outros retrocessos, somados à tentativa de implantação de uma nova política para Educação Especial, cujo teor negligencia a construção histórica da bandeira da inclusão no País (Almeida *et al.*, 2020; Antunes; Magalhães; Santos, 2020; Brígida; Limeira, 2021; Gabriel; Drago, 2021;) favorecem a reflexão sobre o movimento de produção do conhecimento na área da Educação Especial.

Para captar o que vem sendo discutido acerca da Educação Especial, estruturamos o artigo para além desta introdução, com o tópico seguinte, que apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa, seguido da apresentação e análise dos resultados. Por fim, apresentamos algumas considerações conclusivas, derivadas do processo de análise do material coligido.

Caminho metodológico

A análise da produção do conhecimento científico contribui para qualificar a compreensão do objeto de estudo, fenômeno ou problema que se tenha em pauta. Ademais, permite identificar o estágio das discussões realizadas por uma área, em determinado contexto e tempo.

De abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, a presente análise da produção do conhecimento serve-se de pesquisa bibliográfica, que nos permite, a partir de um processo de mapeamento e coleta de publicações, realizar a sistematização de temas e subtemas delas derivados e averiguar a forma como são abordados e as reflexões tecidas.

A coleta dos artigos nas bases de dados SciELO² e no portal de Periódicos da CAPES³ ocorreu mediante o descritor entre aspas “*educação especial*”, tendo sido estabelecidos como filtros: Coleções – Brasil; Periódicos – todos; Idioma – português; Ano de publicação – 2019 a 2023; Área temática – Ciências Humanas; e Tipo de literatura – artigos e artigos de revisão. O procedimento resultou na identificação de 265 publicações.

No Portal de periódicos da CAPES, do qual foram obtidos 653 artigos, além do recorte temporal (2019 a 2023), os filtros aplicados foram: Idioma – português; Tipo de recursos – artigos; e Disponibilidade – periódicos revisados por pares. Em relação aos anais das Reuniões Nacionais da ANPEd, foram selecionados 102 trabalhos das 39^a (2019), 40^a (2021) e 41^a (2023) edições, publicizadas no Grupo de Trabalho 15 – Educação Especial, as quais se encontram circunscritas ao período focado no estudo. Assim, do entrecruzamento entre as três bases de dados, vislumbramos analisar o debate afeto à Educação Especial e, então, apontar questões atuais acerca da temática, suscitadas na produção do conhecimento em Educação no País envolvendo produções concernentes às diferentes etapas de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e superior), nos fornecendo assim, uma visão panorâmica das discussões, acolhendo diferentes olhares e perspectivas.

A escolha das bases de dados SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, justifica-se, pois, possuem indexadas e publicizadas produções que passaram por reconhecido e rigoroso processo de avaliação. A opção pelas Reuniões Nacionais da ANPED ocorreu pela visibilidade à produção concernente a esse tema, e encontrada no Grupo de Trabalho 15 – Educação Especial espaço de apresentação e discussões mais profícuas acerca da produção específica no âmbito da educação especial.

A partir das 1020 produções inicialmente identificadas, realizamos a leitura flutuante (Bardin, 2016) de todos os títulos com o objetivo de nos aproximarmos e compreendermos o movimento da produção científica. Face à amplitude e à diversidade das produções, foi preciso adotar critérios de inclusão e exclusão para compor o *corpus* de análise com maior aderência ao objetivo da pesquisa. Para tanto, estabelecemos os seguintes critérios de inclusão aplicados ao conjunto geral de publicações: a) apresentar

² A pesquisa e coleta dos artigos nestas bases de dados foi realizada nos dias 30 e 31 de janeiro de 2024.

³ A pesquisa e coleta dos artigos nesta base de dados foi realizada em 15 de fevereiro de 2024.

no título a expressão *Educação Especial*; b) abordar o tema no contexto brasileiro; c) estar escrito no idioma português. Acionados esses critérios, excluíram-se as produções que não atenderam aos critérios de inclusão bem como, foram desconsideradas as produções duplicadas, entrevistas e aberturas de dossiês, resultando em um *corpus* de análise de 162 publicações⁴, oriundas das bases consultadas, como detalhado na tabela 1.

Tabela 1 – Representação do *corpus* final de análise a partir da seleção em cada base de dados

	SciELO	Portal de Periódico da CAPES	Anais Reuniões Nacionais da ANPED	Total
Identificação quantitativa inicial dos trabalhos	265	653	102	1.020
Excluídos a partir dos critérios de exclusão	219	561	79	859
Selecionados a partir dos critérios de inclusão	47	92	23	162

Fonte: Autores, a partir da coleta de dados (2024).

Com a definição da materialidade de análise, a partir dos critérios de inclusão e exclusão e quantitativo detalhado na Tabela 1, realizamos nova leitura flutuante (Bardin, 2016) de todos os títulos das produções, as organizando e agrupando de acordo com a similaridade do tema discutido. Em seguida, investimos na leitura vertical e horizontal (Bardin, 2016) dos resumos que nos permitiu levantar as temáticas em discussão, para em seguida, organizar o conjunto de estudos em categorias temáticas (Bardin, 2016).

Interfaces da educação especial: os resultados obtidos

Para análise da produção selecionada, adotamos a análise categorial e/ou temática proposta por Bardin (2016), por possibilitar compor categorias temáticas a partir da identificação de temas recorrentes, permitindo a criação de inferências a partir da codificação do conteúdo. De acordo com essa proposta, realizamos uma pré-análise, seguida de exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação. Para

⁴ Considerando o quantitativo de produções e a extensão máxima de páginas permitida para este artigo, organizamos um quadro em que apresentamos os recortes temáticos e a distribuição das 162 produções analisadas. Acessando https://drive.google.com/file/d/1CqvaDzytHw8iaVkd6aHVD8B_vJkfe4gs/view?usp=drive_link, é possível visualizar os recortes temáticos, o título e os autores de cada produção, bem como, acessar na íntegra cada um dos trabalhos.

tanto, lançamos mão de leitura flutuante prévia para conhecer o todo das produções, seguida de leitura aprofundada em que buscamos identificar a essência das discussões, decorrendo disso o agrupamento das produções. Ou seja, seguindo a orientação de Bardin (2016), foram atribuídos códigos que representam os temas e subtemas dos trabalhos, identificados no título e nos resumos. Na sequência, foi realizada a categorização, momento que os foram agrupados os códigos semelhantes que constituíram as categorias, ou seja, o conjunto de recortes temáticos, conforme ilustrados na figura 1.

Figura 1 – Recortes temáticos e número de trabalhos que os compõem



Fonte: Elaboração própria (2024).

O conjunto de recortes temáticos, apresentado na figura 1, detalha o número de produções que originam a constituição das seis categorias temáticas emergentes do processo análise na categorial (Bardin, 2016), se sobressaindo discussões que se entrecruzam e dialogam, caracterizando assim o debate que se estabelece nas produções hodiernamente.

É possível destacar, a partir das análises e interpretações realizadas, que as produções analisadas abrem espaço para pensar cada uma das categorias, estabelecendo nexos com contribuições teóricas, sustentando-se em argumentações consistentes no campo epistemológico.

Face ao cenário relativo aos resultados obtidos com a seleção da produção e análise, aos recortes e categorias temáticas emergentes da análise e interpretação é possível destacar que a Educação Especial, insere-se como um tema que tem conquistado

espaço e notoriedade na produção acadêmica, e que, “[...] enquanto campo acadêmico implica a necessidade de expansão de pesquisas [...] e a necessidade de ações que promovam o fortalecimento do campo acadêmico e de investigações que contemplem as suas diferentes interfaces (Casagrande, 2020).

Brevemente sumariados os eixos temáticos, passamos aos subtemas no interior de cada eixo⁵, de modo a explicitar mais pontualmente a discussão recente sobre a Educação Especial no País.

Atendimento Educacional Especializado (AEE): transpondo barreiras, desenvolvendo autonomia e favorecendo a inclusão

O AEE, firmado na PNEE (Brasil, 2008), é um serviço à disposição dos educandos e deve estar articulado à proposta de ensino da escola e tem por objetivo elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, complementando e/ou suplementando a formação dos alunos, com foco no desenvolvimento da autonomia e maior independência dos educandos (Brasil, 2008).

Nas seis produções examinadas, a abordagem do AEE relaciona-se mais diretamente com as condições de sua oferta e a atuação dos professores. Em comum, entre outras reflexões, esses dois aspectos se interconectam e ancoram o destaque ao atendimento para o desenvolvimento dos educandos, para os processos de ensino e aprendizagem na sala regular e, também, para a promoção da inclusão.

A partir das contribuições e das análises processadas, é possível ter uma visão abrangente dos desafios e avanços na Educação Especial e no AEE no Brasil. Eles destacam a importância da formação continuada para professores, a necessidade de melhorias nas condições físicas das escolas, a atuação dos professores da Educação Especial e a interdependência das relações interpessoais no contexto escolar. Além disso, ressaltam a luta contínua por uma educação inclusiva e democrática, fundamentada em políticas públicas eficazes e uma compreensão crítica das questões históricas e sociais que permeiam a Educação Especial.

⁵ Diante do expressivo número de produções que compõem cada recorte temático, apresentamos uma leitura panorâmica e interpretativa e alguns excertos das produções analisadas que evidenciam a composição dos mesmos.

Tillmann e Almeida (2020, p. 123), por exemplo, ao analisarem a oferta e inclusão de alunos no AEE, no contexto da educação profissional e tecnológica, reconhecem-no como “um direito à emancipação [...] pautada na promoção da acessibilidade e da equidade de condições”. Advogam, assim, pela sua oferta de forma complementar à formação dos educandos. Zerbato, Vilaronga e Santos (2021, p. 319), atentos à atuação do professor no AEE em institutos federais de educação, afirmam ser um serviço “[...] indispensável na construção de ações em conjunto, de curto, médio e longo prazo, que possibilite a participação dos estudantes PAEE”, embora comentem ser ainda diminuta a presença de profissionais atuantes nesse atendimento.

A articulação entre a oferta, a atuação dos professores no AEE e o envolvimento da comunidade escolar também figuram nos estudos examinados. A esse respeito, Cabral *et al.* (2020, p. 45) apontam, por exemplo, que a maior efetividade do mencionado serviço passa pela necessidade de se “[...] pensar o projeto pedagógico e a escola como um todo, com adaptações estruturais, formações permanentes para toda equipe escolar, não só para professores que atendem o público-alvo da educação especial (PAEE)”.

Essas mostras de olhares sobre o AEE situam-no como um serviço com uma concepção de fazer pedagógico, fazer esse que também significa a transposição de atendimento para fora do contexto escolar, com vistas ao desenvolvimento dos educandos. Assim, os estudos realçam a necessidade de práticas mobilizadoras que favoreçam a promoção do pertencimento do educando ao espaço escolar e do desenvolvimento de sua autonomia. Novamente, a questão docente mostra-se conectada a essa necessidade, de modo que, além de ser preciso repensar as condições com que o atendimento é ofertado, é devido investir na formação dos professores que nele atuam (Kassar, 1995; Mantoan, 2010; Pletsch, 2012b; Pletsch; Glat, 2013) com vistas a tornar a escola e a Educação Especial numa perspectiva inclusiva⁶.

⁶ A escola, nesta perspectiva, precisa rever sua proposta pedagógica, uma vez que a educação inclusiva perpassa por todos os níveis e modalidades de ensino, transversalizando todo o processo formativo do aluno, complementando ou suplementando o processo de ensino e aprendizagem, de forma articulada com todo o trabalho realizado em sala de aula, considerando, assim, que a diferença é uma característica humana e, como tal, necessita de uma diversidade de estratégias pedagógicas para que todos possam aprender [...] Afinal, pensar a escola na perspectiva da inclusão como princípio de igualdade, de direito e respeito, requer pensar essencialmente sua concepção pedagógica, sua organização, seu currículo e requer que os professores se permitam pensar e desenvolver práticas que favoreçam o acolhimento e reconheçam os

Observa-se, a partir das análises, que o AEE, conexo à Educação Especial, tem contemplado abordagens que evidenciam a articulação entre a sua oferta, a atuação dos professores e o envolvimento da comunidade escolar como meio essencial para uma abordagem pedagógica inclusiva, capaz de promover as adaptações estruturais, pedagógicas e didáticas que favorecem o desenvolvimento da autonomia e também da inclusão dos alunos.

Inclusão: compreensão e efetivação

A inclusão escolar se estabelece em um espaço complexo, desafiador, permeado por resistências, dificuldades, barreiras estruturais, atitudinais e que, ao longo dos anos, assiste ao aumento no número⁷ de matrículas de alunos PAEE em classes comuns (sala de aula do ensino regular) ou especiais exclusivas (AEE e/ou sala de recursos multifuncionais, instituições especializadas/associação de pais e amigos dos excepcionais).

Sabidamente, o paradigma da inclusão impõe o compromisso de se pensar, entre outras questões, na organização escolar, na concepção de Educação Especial, no currículo, na avaliação, em metodologias, estratégias e recursos de ensino. Igualmente se inclui nesse compromisso a preocupação com a qualidade da educação, a organização dos espaços, a eliminação de barreiras que impedem a participação de todos na escola, o planejamento e as ações estruturadas para atender as especificidades dos educandos e a disponibilidade de recursos de acessibilidade (Garcia, 2006; Glat; Blanco, 2015; Glat; Pletsch, 2011, 2018; Mantoan, 2003; 2004; Sasaki, 2005).

Nesse sentido, observamos que as discussões sobre a Educação Especial, presentes nas 20 publicações analisadas que compõem este recorte temático, têm contemplado a temática da inclusão em, basicamente, dois subtemas: a percepção sobre inclusão na escola e os desafios para a sua efetivação. A percepção de professores sobre inclusão e a PNEE ocorre a partir das dificuldades encontradas e das condições de

sujeitos que dela façam parte, num constante movimento de resignificação de concepções, práticas e entendimentos em torno do que se concebe como inclusão (Dalla Valle, 2022, p. 371, 2022).

⁷ Segundo o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2021, “[...] o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2021, um aumento de 26,7% em relação a 2017. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 68,7% dessas matrículas”. Ainda segundo o resumo, “[...] o maior aumento na proporção de alunos incluídos, entre 2017 e 2021, ocorreu na educação infantil, um acréscimo de 6,3” (Brasil, 2022, p. 35).

trabalho para a inclusão. Dessa forma, nas análises realizadas, as compreensões acerca da inclusão se estabelecem a partir da realidade vivenciada, não necessariamente com base em uma construção teórica. Conforme sublinha Orlandin (2021, p. 4), a “[...] falta de condições é entrave crucial de uma prática inclusiva”.

Como consequência dessas fragilidades, são pontuadas dificuldades para a efetivação da inclusão nas escolas, o que Schabbach e Rosa (2021) denominam de coalizões. A primeira coalizão diz respeito aos processos educativos anteriores a 2008, quando da promulgação da PNEE, compreendidos como práticas isoladas, segregadas e, de certo modo, excludentes. Já a segunda, que se contrapõe à primeira, diz respeito à possibilidade de todos, de alguma forma, aprenderem, especialmente quando inseridos em sistemas inclusivos.

Em geral, entre os artigos é possível constatar o cotejamento ao tema inclusão sob o prisma dos direitos humanos (Paes; Renk; Simão-Silva, 2022), incluindo interseccionalidades que contemplam, por exemplo, as questões de gênero, raça e outras singularidades presentes nos diferentes espaços, na organicidade do atendimento aos educandos e nos serviços de apoio disponibilizados, no reconhecimento das dificuldades e necessidade do enfrentamento a estas para sua consolidação.

Os textos analisados e a intersecção do tema com seus subtemas, destacam a complexidade e diversidade dos desafios enfrentados pela inclusão e pela Educação Especial no Brasil. Eles mostram a necessidade de superar visões paternalistas e de promover a autonomia dos alunos, a necessidade de promover a acessibilidade e a inclusão desde a educação infantil, para o desenvolvimento dos alunos. Reconhecem no bojo das discussões que as políticas de educação especial e da inclusão têm mostrado impactos positivos na trajetória escolar e laboral das pessoas com deficiência, mas ainda enfrentam obstáculos práticos, como a falta de apoio pedagógico e a necessidade de formação contínua para os professores.

Compõem espaço de discussão as implicações da pandemia de COVID-19 reconhecendo a importância da escola como lugar de resistência e mediação do desenvolvimento humano, especialmente para alunos com autismo. De igual modo, a educação bilíngue para surdos, o fortalecimento das políticas de inclusão e a importância da interação entre família e escola são aspectos que circunscrevem as ações para consolidar a inclusão. Na mesma esteira, os estudos têm indicado a necessidade de

políticas públicas, recursos adequados e formação especializada para garantir a inclusão e favorecer o desenvolvimento das potencialidades dos alunos. Além disso, a análise das coalizões de defesa na educação especial revela a evolução das concepções de inclusão, enfatizando a transição de um modelo de atendimento exclusivo para uma abordagem inclusiva.

Evidenciam, assim, que a complexidade que atravessa a inclusão continua a ser um campo de discussões que necessita de análises crítico-reflexivas, compreensivas e interpretativas, com o objetivo de potencializar a efetivação da inclusão com base em uma cultura de escola inclusiva.

Práticas pedagógicas: tessituras que fazem a diferença

Um dos aspectos que tem marcado o debate educacional atinente à Educação Especial diz respeito às práticas pedagógicas dos professores – dentre outros motivos, pela necessidade de estratégias e de recursos adequados ao processo de ensino dos alunos que compõem o PAEE, o que requer o domínio de amplo repertório teórico, conceitual e prático sobre as especificidades e necessidades desses educandos (Almeida; Martins, 2009; Garcia; Michels, 2006, 2011; Glat, 2007; Jannuzzi, 2004; Mantoan, 2010), o que implica e relaciona-se à formação dos professores

Nos 28 trabalhos que fazem parte deste recorte temático, identificam-se aspectos que demarcam as discussões sobre as diferentes estratégias de ensino em espaços ou circunstâncias, como, por exemplo, o ensino de Geografia, da Educação Física e de Libras, dentre outros, havendo, ainda, abordagens sobre os conhecimentos pedagógicos necessários para organizar as aulas e sobre flexibilização e adaptações curriculares com potencial de contribuir para tornar as atividades mais acessíveis e significativas aos educandos (Almeida; Martins, 2009). As investigações sobre estratégias de práticas baseadas em evidências, como estratégias interventivas cientificamente eficazes no trabalho com alunos com Transtorno do Espectro Autista, também são referenciadas (Nunes; Schmidt, 2019; Urpia; Forno; Silva, 2019).

No corpus de publicações desse eixo temático, também há estudos que analisam como se configurou o ensino remoto com os alunos PNEE. A imposição da alternativa do ensino remoto, provocado pela pandemia de Covid-19, ocorreu em um contexto de

incertezas, inseguranças e imprevisibilidades que, inicialmente, exigiu dos sistemas de ensino a adoção de adequações a uma nova maneira de dar continuidade ao processo formativo (Bueno *et al.*, 2022), apesar da constatação de certo isolamento dos professores atuantes na Educação Especial e certa secundarização dessa modalidade de ensino durante aquele período (Esper *et al.*; 2022). Em paralelo, conforme encontramos nas publicações, esse mesmo fenômeno possibilitou o reconhecimento de que os professores são indispensáveis e insubstituíveis para a interação que caracteriza o processo educativo, e que a escola constitui espaço de excelência dessas interações (Camizão; Conde; Victor, 2021).

Soma-se a esses aspectos o destaque ao percurso formativo e à importância do estágio curricular para que os professores que atuam na Educação Especial se apropriem de conhecimentos e práticas necessários ao exercício da docência (Amaral; Monteiro; Freitas, 2019). Nessa esteira, também é referida a inserção em programas de iniciação à docência (Adams; Tartuci, 2020), haja vista serem medidas que dizem respeito ao desenvolvimento profissional dos docentes atuantes nessa modalidade de educação escolar.

Em suma, relativamente ao eixo *Práticas pedagógicas*, percebemos que os estudos recentes têm tematizado as práticas pedagógicas a partir da intersecção com contribuições advindas de diferentes espaços e tempos, sob a égide da PNEE, discutindo, em linhas gerais, as dificuldades encontradas pelos professores. É consensual o reconhecimento da complexidade das ações pedagógicas na Educação Especial, sobretudo diante do fato de os professores nem sempre possuírem o domínio de um repertório teórico-prático para promoverem as adaptações e flexibilizações curriculares necessárias. Esse reconhecimento se dá, também, diante de condições de trabalho nem sempre adequadas para fazer avançar a inclusão dos alunos e de resistências verificadas no cotidiano escolar.

A necessidade de ressignificação da prática pedagógica, sobretudo em termos de articulação entre teoria e prática, potencializa o debate das publicações reunidas neste eixo, os quais a consideram imperativa para avançar na inclusão e na qualidade da Educação Especial, exigindo uma abordagem integrada e reflexiva, conforme as diretrizes

da PNEE, como também, na importância de olhar e contemplar a formação dos professores como possibilidade de enfrentamento e contribuição para esses processos.

Formação de professores: entre necessidades e desafios

Diante das dificuldades encontradas nas práticas pedagógicas e no próprio processo de inclusão na escola, a formação de professores tem-se constituído em questão central quando o assunto é a qualificação das ações no campo da Educação Especial. Não por outra razão, o tema tem sido recorrente nas discussões sobre políticas educacionais e na própria PNEE (2008) (Almeida, 2004; Garcia; Michels, 2011, 2017, 2021; Kassar, 2014; Michels, 2014; Vaz; Garcia, 2015). Na temporalidade coberta pelo presente estudo, dois subtemas se sobressaem como objetos de análises: configurações e contribuições da formação docente; e interfaces com experiências na formação de professores da Educação Especial.

A partir das 28 publicações analisadas, vemos destacado que a configuração da formação de professores carece ser estabelecida como política pública, afora o fato de que tal configuração deva ser repensada (Amaral; Monteiro, 2019), seja para a qualificação das práticas educativas, seja para a promoção da inclusão escolar. Nessa direção, os estudos apontam ser preciso ampliar a formação em Educação Especial nas licenciaturas, como, também, incluí-la nas demais áreas do conhecimento, com carga horária adequada à reflexão qualificada e à apropriação de conhecimentos necessários para efeitos reais no fazer pedagógico.

Assim, considerando haver abissais distanciamentos entre as demandas e a qualidade dessa formação, e o fato de os efeitos das reformulações sobre as habilitações serem frequentemente genéricos (Garcia, 2013; Michels, 2011), estudos têm evidenciado a importância dos processos formativos ao longo da carreira docente, na expectativa de que sejam capazes de fornecer subsídios teórico-metodológicos para melhor estruturar o trabalho pedagógico. Nesse sentido, Tavares e Fumes (2021), por exemplo, ao refletirem sobre possibilidades desencadeadas por um projeto de extensão desenvolvido como processo formativo em Educação Especial inclusiva, destacam ter sido possível constatar repercussões na atuação docente e na aprendizagem dos estudantes. Eles comentam:

[...] por meio do projeto de extensão, foi possível verificar alterações e ganhos significativos em relação ao processo formativo dos alunos e da ação dos docentes, considerando-se o reconhecimento das lacunas na formação e a busca por novas experiências formativas por parte dos discentes. Além disso, outro fator que indica a evolução dos saberes inerentes à temática da Educação Especial é a aplicação dos conhecimentos construídos no projeto de extensão na vida cotidiana dos participantes, seja no âmbito universitário ou profissional (Tavares; Fumes, 2021, p. 63).

Notadamente, os estudos que compõem o presente eixo enfatizam aspectos inerentes ao permanente fazer pedagógico dos professores e os desafios e dificuldades encontrados em virtude de lacunas na formação inicial, especialmente em se tratando de professores de componentes curriculares específicos. Basso e Neres (2020) defendem, por exemplo, que a inclusão da disciplina de Libras em licenciaturas representa um ganho para a comunidade surda, que necessita da língua brasileira de sinais para se comunicar, além de oferecer aos professores a possibilidade de interação e comunicação com os alunos, de modo a dinamizar os processos de ensino e aprendizagem. Contudo, apontam a necessidade de mais cursos de aperfeiçoamento. Outros estudos assinalam a importância de os professores conhecerem recursos de comunicação alternativa e assistiva, didático-pedagógicos, *braille*, práticas baseadas em evidências, entre outros, tudo sob o argumento de que esses recursos qualificam a prática de professores e melhoram as condições de aprendizagem dos alunos.

Em linhas gerais, nota-se que os estudos analisados abordam uma ampla gama de questões e desafios enfrentados na formação e atuação dos professores de Educação Especial no Brasil. Aponta-se ainda que, a formação inicial de professores, a formação continuada e colaborativa, a integração da temática da Educação Especial nos cursos de licenciatura e programas como o PIBID, é frequentemente insuficiente e fragmentada, destacando-se a necessidade de uma abordagem mais assertiva, além de ampliar e potencializar nos currículos de formação a presença da Educação Especial.

As necessidades e preocupações apontadas pelos estudos agrupados nesse eixo aproximam-se das reflexões de Bazzo e Scheibe (2019) e de Freitas (2020) sobre os impactos na formação de professores, provocados pelas recentes diretrizes curriculares nacionais para formação inicial. Constituem, portanto, foco potente e atual de

investigações, sobretudo em face da vigência de medidas governamentais nesse campo, de que são mostras as recentes resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), que disciplinam a matéria.

Política de educação especial: interlocuções necessárias

A PNEE (Brasil, 2008), seus desdobramentos, implicações, avanços, perspectivas, tensões e repercussões (Almeida; Melo; França, 2019; Garcia, 2013; Kassar; Rebelo; Oliveira, 2019;) são aspectos pulsantes nas 66 publicações que integram este eixo temático.

Os estudos enfocam alguns pontos da política pública recente, dentre os quais a tentativa de implantação de uma nova política de Educação Especial no País – Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020⁸ (Brasil, 2020) –, objeto de agudas críticas. Um retrocesso aos avanços históricos conquistados nessa área, que, “[...] em consonância ao projeto de desmonte do Estado, induz à privatização da educação” (ANPEd, 2020). Os subtemas em pauta abarcam: desdobramentos, impactos e implicações históricas da PNEE; políticas públicas para a educação especial; e a identidade da educação especial e seus profissionais, emergentes de construções históricas, figurando em defesa de proposições e encaminhamentos quanto à composição de políticas educacionais que não prescindam de contribuições nascidas do debate público e democrático, evitando assim a polaridade de posições e perspectivas (Kassar, Magalhães e Rebelo, 2019).

A análise do material também possibilita apontar a existência de preocupação quanto ao acompanhamento dos processos de consolidação da PNEE em diferentes contextos, com atenção aos desafios encontrados e à necessidade da superação das contradições que implicam a garantia do direito à educação inclusiva a todos os alunos que constituem o PAEE na rede regular de ensino (Rafante *et al.*, 2019). Sobressai, na esteira dessa tônica, o destaque à importância de políticas públicas que subsidiem movimentos de implantação e continuidade de ações, que favoreçam a inclusão e se constituam em agenda política que traduza o compromisso social com o desenvolvimento educacional especializado (Sousa, 2020). Isso requer, também, discutir

⁸ Revogado pelo Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023.

o papel do Estado e as formas de financiamento da Educação Especial (França; Melo; Almeida, 2022).

Em relação à identidade da Educação Especial e de seus profissionais, os estudos evidenciam a importância do asseguramento de requisitos para a atuação, o que passa, necessariamente, pela formação de professores. Bezerra (2021), por exemplo, ao discutir a presença do profissional de apoio à inclusão escolar, destaca haver

[...] um silenciamento quanto à formação exigida para desempenho do cargo, exercido por estudantes universitários ou mesmo por pessoas com nível médio de escolaridade. Tais circunstâncias desqualificam a formação especializada e o papel do professor da Educação Especial na promoção do ensino colaborativo, em nome de alternativas consideradas mais econômicas para as redes públicas de ensino (Bezerra, 2021, p. 673).

É notável nas publicações examinadas o destaque à importância da PNEE (2008) e às conquistas históricas nos processos de inclusão e escolarização de educandos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, sobretudo no momento histórico em que o governo federal buscou estabelecer outra política para a Educação Especial, em uma clara ação antidemocrática, insensível e de ataque à educação brasileira. Amplamente criticada, por estar em direção contrária às mencionadas conquistas, fragmentando e desconstruindo o processo educativo, sobre ela reverberaram denúncias contundentes. Rosa e Lima (2022), por exemplo, argumentam:

Averiguou-se que a proposta de alteração promove a descontinuidade da inclusão escolar ao reorganizar as responsabilidades da família, do Estado e do mercado na escolarização e no atendimento educacional especializado; retomar o modelo de educação especial como modalidade alheia ao sistema de ensino regular; estimular a formação de profissionais para atuação em instituições especializadas; e fundamentar a avaliação de aprendizagem em metas e objetivos padronizados por deficiência (Rosa; Lima, 2022, p. 1).

Não estranha, pois, que nesse campo de disputas a PNEE tenha se tornado o tema mais recorrente nos trabalhos agrupados neste eixo, também porque, conforme mencionado, ele transversaliza os demais eixos, haja vista implicar tanto a concepção de Educação Especial a presidir as políticas para o setor quanto a materialização dessa

concepção, o que se estende até o cotidiano da escola, palco principal do atendimento educacional especializado.

A produção do conhecimento acerca da educação especial

Um dos aspectos marcantes nas produções analisadas refere-se às investigações e análises acerca da produção do conhecimento acerca da Educação Especial. Notadamente, o tema “Educação Especial” apresenta um espectro amplo de subtemas para investigações por suas interconexões, complexidade, relevância e abrangência dentro do contexto educacional e apresenta contribuições para alargar e espraizar as discussões com o objetivo de potencializar e consolidar o debate e as contribuições para os sistemas educacionais e a efetivação da mesma como campo de conhecimento e ou área de atuação.

Isto pode ser percebido entre as 14 produções que forneceram elementos para composição desse recorte temático os quais, em linhas gerais, preocuparam-se em analisar as questões atuais da Educação Especial (Felckilcker; Trevisol, 2023), as tendências e os desafios das pesquisas e produção do conhecimento concernentes a essa temática (Jesus; Baptista; Caiado, 2023), ao campo acadêmico da educação especial enquanto campo de conhecimento e à expansão qualificada no terreno teórico-epistemológico, conceitual e reflexivo.

Para Thesing e Costas (2020, p. 1147), “a pesquisa no campo da Educação Especial tem apresentado um crescente número de investigações que discutem os processos inclusivos a partir de distintas perspectivas e análises”. Esse movimento abrangente e propulsor da produção do conhecimento, que parte das interfaces da Educação Especial, sinaliza sua relevância no e para o contexto educacional.

O movimento investigativo e reflexivo acerca das questões circundantes das pesquisas e das produções concernentes ao contexto da Educação Especial, “[...] caracteriza-se como um campo abrangente e em expansão, mas com paradoxos evidentes. Ao mesmo tempo que pode ser qualificado como abrangente, é insuficiente para a dimensão do país (Casagrande; Mainardes, 2021, p. 132). Sublinham ainda, que as pesquisas no campo da Educação Especial contribuem para identificar temas, lacunas e

conhecer as pesquisas no campo dos estudos realizados, ampliando assim as possibilidades de consolidá-la como um campo de conhecimento e investigação favorecendo ainda seu reconhecimento no e para os sistemas de ensino.

Percebe-se a partir das análises processadas, convergências com os achados de Felckilcker; Trevisol (2023), Jesus; Baptista; Caiado (2023), Thesing; Costas (2020) entre outros, acerca dos temas recorrentes nas pesquisas acerca da Educação Especial, além de evidenciar a relevância e a articulação do debate desse campo com a produção acadêmica na área da educação.

Enquanto contribuição ao debate no campo da Educação Especial, destacamos ante aos estudos anteriores, a caracterização do tema – “produção do conhecimento sobre Educação Especial”, por apresentar dados e análises que transitam por diferentes perspectivas proporcionando, assim, alargar os horizontes de investigação a partir de análises mais profundas acerca deste tipo de pesquisa. A constituição deste eixo de análise, aponta que pesquisas envolvendo a produção do conhecimento sobre a Educação Especial ampliam e contribuem para consolidar as investigações acerca do assunto como espaço permanente de debate e potencial espaço de reflexão sobre as interfaces, tendências e desafios neste campo do conhecimento.

Considerações finais

Ante o propósito de analisar o debate sobre Educação Especial no Brasil, veiculado em publicações da área da Educação ocorridas entre 2019 e 2023, é possível destacar um conjunto de pontos marcantes do debate recente. Um deles é que há uma evidente intersecção das pautas, identificadas pelos eixos temáticos que sistematizam o *corpus* de trabalhos: atendimento educacional especializado, inclusão, práticas pedagógicas, formação de professores, políticas em Educação Especial e produção do conhecimento acerca da educação especial, tendo como ponto nodal a PNEE (Brasil, 2008). Apontada sua relevância social, essa política é situada como um dispositivo político orientador da ação em Educação Especial no país, desde o paradigma da inclusão até sua presença no levantamento e reflexão das produções acerca dessa temática. Não por outra razão, a tentativa de imposição de uma outra política para Educação Especial, ocorrida em 2020,

repercutiu de forma marcante o debate, trazendo a reação de grupos e instituições ligados à Educação Especial a expressarem uma atitude vigilante sobre as políticas educacionais.

As análises, processadas com evidentes inter-relações entre política educacional, papel do Estado e demandas emergentes do cotidiano escolar, em geral têm em conta a realidade socioeconômica e o contexto político, especialmente o nacional, como fatores determinantes das condições concretas de inclusão. Assim, sobressaem-se leituras sobre políticas públicas a partir da PNEE (Brasil, 2008), com notável concentração do debate acerca de desdobramentos, contribuições e implicações em diferentes espaços e tempos. Implicada a isso, a análise das produções indica que a Educação Especial é um campo de discussão com interfaces distintas e que dialogam conforme evidenciado nos recortes temáticos emergentes das abordagens e temáticas processadas, constituindo-se em um campo multifacetado que tem se espreado por diferentes perspectivas e debates, acolhendo contribuições que possibilitam enfrentar os desafios contemporâneos da educação e dos processos de inclusão.

A análise do *corpus* de publicações também possibilitou constatar que, por um lado, o reconhecimento e a defesa da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva se apoiam, em grande medida, em avanços obtidos ao longo tempo, do que é exemplo potente a própria PNEE (Brasil, 2008); por outro, são expressas críticas que têm em conta a ausência de políticas públicas a partir da matriz representada pela PNEE, sobretudo para a geração de condições adequadas de trabalho, de formação de professores e de articulação entre as práticas escolares e a inclusão. Esses traços presentes nas produções analisadas consideram, conforme referimos, o momento histórico e as circunstâncias que os envolvem.

Diante dos resultados do estudo, é possível destacar que o debate sobre Educação Especial no Brasil, veiculado em publicações da área da Educação entre 2019 e 2023, transcendeu as fronteiras de um tema específico, tendo se inserido em um quadro educacional mais abrangente. Assim é que são lançadas questões que interpelam o cotidiano da escola, as práticas pedagógicas e o contexto educacional brasileiro, nesse aspecto, com atenção à política educacional, seus dilemas e reveses. Corrobora essa angulação a abordagem da Educação Especial não apenas como uma modalidade de

ensino, mas também como campo de conhecimento e área de atuação, evidenciando suas interfaces na produção científica analisada.

É dizer, portanto, que a Educação Especial permanece como um tema atual do debate educacional brasileiro e que, por sua pertinência enquanto prática social transformadora, tal debate é fundamental para o encetamento de possibilidades cada vez mais concretas de avançarmos na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Contudo, identificam-se lacunas na produção recente, como a ausência de discussões sobre avaliação e os desdobramentos da Base Nacional Comum Curricular no contexto da Educação Especial. Há também espaço para refletir como enfrentar as dificuldades e os desafios no contexto escolar, utilizando tecnologias assistivas, desenvolvendo recursos pedagógicos e promovendo a adaptação e flexibilização das atividades, além da necessidade de ampliar o debate sobre a estimulação precoce de alunos. Há espaço também, para potencializar e ampliar as discussões acerca da concepção de inclusão e de Educação Especial como possibilidade de consolidar e assegurar processos significativos aos alunos no contexto escolar e também social.

Por fim, é importante destacar que a análise da produção sobre a Educação Especial apresenta limitações, incluindo a restrição a um recorte temporal, a seleção de produções com base em um único descritor de busca, e a exclusão de trabalhos que não mencionavam o descritor no título. Todavia, a sistematização do processo de busca e o tratamento de análise permitem uma leitura panorâmica do debate encontrado hodiernamente. Reconhece-se, dessa forma, que os temas e subtemas representam o estado da produção deste período e a existência de possíveis outras contribuições hospedadas em outras bases de dados, não consultadas. Propõe-se a realização de novos estudos que utilizem diferentes bases de dados para ampliar o escopo sobre a produção do conhecimento em Educação Especial, acolhendo outros olhares capazes de potencializar o debate a partir da produção acadêmica.

Referências

- ADAMS, Fernanda Welter; TARTUCI, Dulcéria. O programa de iniciação à docência e a discussão sobre a educação especial. **Insignare Scientia**, [s.l.], v. 3, n. 5, p. 1-24, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/11143>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- ALMEIDA, Maria Amelia. Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competências. **Educação Especial**, Santa Maria, p. 23-32, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4912/2949>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- ALMEIDA, Mariangela Lima de; MARTINS, Ines de Oliveira Ramos. **Prática pedagógica inclusiva: a diferença como possibilidade**. Vitória: GM, 2009. p. 71-100.
- ALMEIDA, Mariangela Lima de; MELO, Douglas Christian Ferrari de; FRANÇA, Marileide Gonçalves França. Repercussão da política nacional de educação especial no Espírito Santo nos últimos dez anos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e217129, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/SRdF9dyLhBFP3bmsWdWgDbc/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha; SANTOS, Ruzia Chaouchar dos. Mas ele tem laudo! Implicações do decreto 10.502/2020 no desmonte das políticas públicas para educação inclusiva. **Revista Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 51, p. 127-131, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/51429>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- AMARAL, Mateus Henrique do; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar; FREITAS, Ana Paula de. Educação especial, formação do professor e a prática de ensino: sentidos no estágio supervisionado da licenciatura. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39, 2019, Niterói. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anped, 2019. Disponível em: https://anais.anped.org.br/p/39reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreferenc_e_filter=33 f. Acesso em: 15 fev. 2024.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; SANTOS, Ruzia Chaouchar dos; MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha. Em defesa da educação inclusiva. **Revista Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 51, p. 1-10, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752020000200001. Acesso em: 31 jan. 2024.
- ANPED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA. **ANPEd e ABPEE denunciam retrocessos em nova política de educação especial lançada pelo governo**. Rio de Janeiro: Anped; ABPEE, 2020. Disponível em: <https://anped.org.br/news/anped-e-abpee-denunciam-retrocessos-em-nova-politica-de-educacao-especial-lancada-pelo-governo#:~:text=ANPEd%20e%20ABPEE%20denunciam%20que,dos%20sujeitos%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20especial>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Glauco Henrique Clemente; COLETTI, Érica de Souza; VIEIRA, Nágilla Regina Saraiva; SALES, Tiago Amaral. O golpe de 2016 e as ameaças para a educação do Brasil. **SCIAS – Direitos humanos e educação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 138-161, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/4551/pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BASSO, Jaqueline Daniela; NERES, Celi Corrêa. Educação especial e língua brasileira de sinais na formação de professores do campo. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 17, p. 106-124, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3622>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BAZZO, Vera; SCHEIBE, Leda. De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 13, n. 27, p. 669-684, set./dez. 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1038>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BEZERRA, Giovani Ferreira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto) crítica propositiva. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, p. 1-26, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/24342>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, Edição 28, p. 87, 10 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, Edição 189, p. 6, 1 out. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do censo escolar da educação básica 2021**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEE, 2008.

BRÍGIDA, Izane Flexa Santa; LIMEIRA, Carolline Septímio. Educação inclusiva: dos avanços à legalização do retrocesso. **Diálogos e Diversidade**, Jacobina, Bahia, v. 1, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://itacarezinho.uneb.br/index.php/rdd/issue/view/599>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BUENO, Melina Brandt; LEITE, Graciliana Garcia; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino remoto para estudante público-alvo da educação especial nos institutos federais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e33814, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/33814>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CABRAL, Rosangela Costa Soares; DAMASCENO Allan; LOUREIRO, Célia; MOREIRA, Joana; AZEVEDO, Sonia. Atendimento educacional especializado (AEE) e educação especial: reflexões críticas sobre o processo de inclusão na contemporaneidade. **Mosaico**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 39-46, 2020. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2245>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CAMIZÃO, Amanda Costa; CONDE, Patricia Santos; VICTOR, Sonia Lopes. A implantação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ftkkwwZtMh4VgHymv5G5WHD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CASAGRANDE, Rosana de Castro. **O campo acadêmico da educação especial no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

CASAGRANDE, Rosana de Castro; MAINARDES, Jefferson. O campo acadêmico da educação especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 27, p. 119-138, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dm8FKTPRGwCWYCngQKntgJN/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

DALLA VALLE, Paulo Roberto. Inclusão, currículo e planejamento: intersecções com a educação inclusiva. *Diversidade e Educação*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 376-387, 2022. DOI: 10.14295/de.v10i1.14226. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/14226>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ESPER, Marcos Venicio; ARAÚJO, Jeferson Santos; SANTOS, Manoel Antônio dos; NASCIMENTO, Lucila Castanheira. Atuação do professor de educação especial no cenário da pandemia covid-19. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 28, p. 227-242, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/JxgS8pmK3RgD3dP3t4mnJZx/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

FELCKILCKER, Juceli Baldissera; TREVISOL, Maria Teresa Ceron. Questões atuais da educação especial: mapeamento de literatura. **Revista Diálogo e Perspectiva em Educação Especial**, Marília, SP v. 10, n. 1, p. 187-202, jan./jun., 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/13622/10922>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FRANÇA, Marileide Gonçalves; MELO, Douglas Christian Ferrari de; ALMEIDA, Mariangela Lima de. O financiamento educacional no Espírito Santo: o que dizem os gestores de

educação especial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 117, p. 1000-1022, out./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/SmMYKyRVqQzFQrksRZ6NCks/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. CNE ignora entidades da área e aprova parecer e resolução sobre BNC da Formação. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 1-3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/1711>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GABRIEL, Emilio; DRAGO, Rogério. Educação especial e educação inclusiva no contexto das políticas públicas: uma revisão histórica e legal. **Revista Transformar**, n. 15, p. 66-83, ago./dez. 2021. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/631>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Educação inclusiva: reflexões a partir das políticas educacionais recentes. **Contrapontos**, Itajaí, v. 5, n. 3, p. 343-351, set./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/832>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 12, n. 3, p. 299-316, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/mg3MPrvddFrLSQBznDJGXRh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 101-119, mar. 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141324782013000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jan. 2024.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Disputas conservadoras na política de educação especial na perspectiva inclusiva. In: GARCIA, Rosalba Maria Cardoso (org.). **Políticas de educação especial no Brasil no início do século XXI**. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED, 2017. p. 19-66.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991–2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPEd. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 105-124, maio/ago. 2011. Edição especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/G8gVhYqSyh7VqLbhb5hF4Xm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. Educação Especial nas políticas de inclusão: uma análise do Plano Nacional de Educação. **Retratos da Escola**, Brasília, DF,

v. 8, p. 227-564, jul./dez. 2014. Disponível em:
<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/449>. Acesso em: 30 jan. 2024.
GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

GLAT, Rosana. Políticas de inclusão e diversidade: avanços e recuos. In: NAJJAR, Jorge; VASCONCELOS, Maria Celi (orgs.). **A LDB e as políticas educacionais: perspectivas, possibilidades e desafios, 20 anos depois**. Curitiba: Appris, 2018. p. 187-197.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macêdo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2015. p. 15-37.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lucio de. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Comunicações**, Piracicaba, ano 10, n. 1, p. 134-141, jun. 2003. Disponível em:
<https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/comunicacoes/article/view/1647>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno. Produção do conhecimento no GT educação especial: uma análise de tendências e de desafios (2011-2021). In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 41., 2023, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: Anped, 2023. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/41reuniao>. Acesso em: 15 fev. 2024.

KASSAR, Monica de Carvalho. **Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais**. Campinas: Papyrus, 1995.

KASSAR, Monica de Carvalho. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e o atendimento educacional especializado. In: MARTINS, Lúcia de Araújo; PIRES, José; PIRES, Gláucia Nascimento Luz (orgs.). **Inclusão escolar e social: novos contextos, novos aportes**. Natal: Editora da UFRN, 2012. p. 55-67.

KASSAR, Monica de Carvalho. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, maio/ago. 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/V9C4DP9Fq9bWBcXszfWsWJC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Embates e disputas na política nacional de educação especial.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/SVmZZLzBnrZFnyqXRgTSpYc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Campinas: Unicamp, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, Brasília, DF, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/622>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Escola dos “diferentes” ou escola das diferenças? **Revista Aprendizagem**, Pinhais, v. 2, p. 30-32, 2008. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n135/09.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O atendimento educacional especializado na educação infantil. **Revista Inclusão**, Brasília, DF: MEC, v. 5, n. 1, p. 12-15, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MICHELS, Maria Helena. Paradoxos da formação de professores para a educação especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico psicológico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, p. 255-272, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/BPyrWSTNN6XLSpY9ZVtyQWr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 406-560, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9DKY9WgbVLqNqvyLkpVDZNS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MICHELS, Maria Helena. O que há de novo na formação de professores para a educação especial? **Revista de Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 219-232, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/2668>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MICHELS, Maria Helena. Formação de professores de educação especial no Brasil. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Manaus. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anped, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/gt15-trabalho_encomendado_40rn.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

MICHELS, Maria Helena; VAZ Kamille. A política de formação para os professores da educação especial: a ironia do discurso. In: EVANGELISTA, Olinda; KENJI SEKI, Allan (orgs.). **Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelos**. Araraquara: Junqueira & Morin, 2017. p. 149-168.

NOGUEIRA, Adrinelly Leme; BORGES, Maria Célia. A BNC-Formação e a formação continuada de professores. **RPGE – Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 188-204, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13875>. Acesso em: 30 jan. 2024.

NUNES, Debora. R. P.; SCHMIDT, Carlo. Educação especial e autismo: das práticas baseadas em evidências à escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 84-104, jul./set. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5494>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ORLANDIN, Barbara de Souza. A Educação Especial inclusiva sob a ótica dos sujeitos: sentidos em disputa. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Manaus. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anped, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_45-8 Acesso em: 15 fev. 2024.

PAES, Simone Schelbauer Moreira; RENK, Valquíria Elita; SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila. A inclusão de alunos com TDAH – um decênio das diretrizes de Educação Especial em Santa Catarina: um modelo de beneficência? **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 114, p. 254-273, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/wTrsS6svFXc9NLLGT6YPMCw/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLQBR76Hc9dHqQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. Educação Especial e inclusão escolar: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense/RJ. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 31-48, jan./jun. 2012a. Disponível em: https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wpcontent/uploads/2020/05/PLETSCH_ArtigoSemperiodicos_2012.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. Uma análise sobre o atendimento educacional especializado: políticas, práticas e formação de professores. **InterMeio**, Campo Grande, v. 18, p. 1-15, jul./dez. 2012b. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2379>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. Formação docente em tempos de inclusão escolar: em foco as práticas do atendimento educacional especializado. In: MARTINS, Lúcia de Araújo; PIRES,

José; PIRES, Gláucia Nascimento Luz (orgs.). **Caminhos para uma educação inclusiva:** políticas, práticas e apoios especializados. João Pessoa: Ideia, 2014a. p. 115-132.

PLETSCH, Márcia Denise. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Póesis Pedagógica**, Goiânia, v. 12, p. 7-26, 2014b. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poesis/article/view/31204>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. Dimensões da formação de professores no contexto de políticas de inclusão escolar à luz da perspectiva histórico-cultural. In: VICTOR, Sonia; OLIVEIRA, Ivone de (orgs.). **Educação especial:** políticas e formação de professores. Marília: ABPEE, 2016. p. 213-222.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. Plano educacional individualizado (PEI): um diálogo em práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise (orgs.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 17-32.

RAFANTE, Heulalia Charalo; SELINGARDI, Sergio Cristóvão; SILVA, Sonia de Oliveira da; SILVA, Lenaye Valvassori. Impactos da política da educação especial (2008) no Ceará e em Fortaleza. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/163914>. Acesso em: 30 jan. 2024.

RAMALHETE, Mariana Passos. Galeria de perdas: a educação brasileira após o golpe (2016-2022). **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21380/209209217643>. Acesso em: 30 jan. 2024.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentini Rolim; CAPELINI, Vera Lúcia Messias Fialho; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. Fundamentos históricos e conceituais da educação especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade. **Redefor**, [s.l.], 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155246?locale=pt_BR. Acesso em: 30 jan. 2024.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite. Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5nfd85TJZyDqDPJVQDMM5Tk/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 19-23, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Causa impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. **Revista Reação**, São Paulo, ano XIV, n. 87, p. 14-16, jul./ago. 2012. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 30 jan. 2024.

SCHABBACH, Letícia Maria; ROSA; Júlia Gabriele Lima da. Segregar ou incluir? coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 6, p. 1312-1332, nov./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/85023>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SOUSA, Lazaro Mourão. Educação especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. **Bibliomar**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 159-173, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13636>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SOUZA, Sirlene Brandão de. Os campos político e acadêmico e o discurso sobre educação especial. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, e97373, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/WNTQJLcRs8YsxcvwhY8xPyb/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

STREMEL, Silvana. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

TAVARES, Renato Vitor da Silva; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. A extensão em educação especial e o processo formativo de licenciandos. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 18, n. 39, p. 50-67, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/77460>. Acesso em: 30 jan. 2024.

TILLMANN, Luana; ALMEIDA, Judith Mara de Souza. A oferta da educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica. **Metodologias e Aprendizado**, Florianópolis, v. 1, p. 123-129, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1123>. Acesso em: 30 jan. 2024.

THESING, Mariana Luzia Côrrea; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. As pesquisas em educação especial na ANPED: a produção do conhecimento nas reuniões científicas nacionais. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 3, p. 1146-1166, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12426>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVA, Régis Henrique dos Reis; MACHADO, Robson; SILVA, Ribamar Nogueira. Golpe de 2016 e a educação no Brasil: implicações nas políticas de educação especial na perspectiva

da educação inclusiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 19, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1182968>. Acesso em: 30 jan. 2024.

URPIA, Arthur Gualberto Bacelar da Cruz; DAL FORNO, Letícia Fleig; SILVA, Ivan Vieira da. A gestão do conhecimento na educação especial: estudo de caso dos estudantes autistas da cidade de Toledo-PR. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 6, n. 11, p. 81-11, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/7884>. Acesso em: 30 jan. 2024.

VAZ, Kamille. Professor, Profissional ou educador: a concepção de professor de educação especial nas produções acadêmicas do campo específico da educação especial (2000–2016). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 101-116, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/G5DTB3pzQRsNBBJHbLTKyCr/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VAZ, Kamille; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Modelos de formação do professor de educação especial: estratégias de consolidação da política educacional. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 5, n. 13, p. 47-59, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4976>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues. Atendimento educacional especializado nos institutos federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 27, p. 319-336, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/nccRhD3yhzFM8HwjGjvYCdv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2024.

Recebido em: 03/04/2024
Revisões requeridas: 26/06/2024
Aprovado em: 21/08/2024

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 25 - Número 59 - Ano 2024
revistalinhas@gmail.com